



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 2052/2017**

**PROCESSO Nº 0500339-68.2016.4.02.5101**

**ORIGEM: 2ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ**

**PROCURADOR OFICIANTE: JOSÉ MAURÍCIO GONÇALVES**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEIS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 330, 304 C/C 297, 311 E 180, §1º, TODOS DO CP. FATOS OCORRIDOS EM NITERÓI E EM SÃO GONÇALO. DIVERGÊNCIA ENTRE PROCURADOR DA REPÚBLICA E JUIZ QUANTO À COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. RECONHECIMENTO DE CONEXÃO TELEOLÓGICA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA INVESTIGAÇÃO EM NITERÓI.**

1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática dos crimes previstos nos arts. 330, 304 c/c 297, 311 e 180, §1º, todos do CP. Investigado que, ao trafegar em alta velocidade pelo acostamento da Rodovia BR 101, km 320, no bairro de Neves, no Município de São Gonçalo/RJ, teria desobedecido à ordem de parada do veículo dada por Policial Rodoviário Federal, vindo a ser parado somente na subida da Ponte Rio-Niterói (em Niterói/RJ), ocasião ocasião em que foi constatado que: (I) o CRLV era falso; (II) a numeração do motor estava incorreta; (III) a numeração do lacre da placa era diferente daquela constante do CRLV; e (IV) a marcação do chassi nos vidros apresentava indícios de adulteração.

2. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência, em relação ao crime previsto no art. 330 do CP, a uma das Varas Criminais de São Gonçalo, uma vez que a possível desobediência teria se consumado no momento em que a ordem deveria ter sido cumprida e não foi, ou seja, no km 320, da BR101, localizado em Neves, São Gonçalo/RJ.

3. O Juiz Federal discordou do requerimento de declínio de competência, por considerar que há conexão entre o crime supostamente praticado em São Gonçalo (desobediência) e os crimes em tese praticados em Niterói.

4. Conforme entendimento doutrinário, na conexão denominada teleológica (art. 76, II, do CPP), o autor de determinado crime pratica outra infração com a finalidade de garantir a impunidade, a ocultação ou a vantagem em relação a qualquer delas. Um fato, posterior, é praticado em razão de outro, anterior, por quaisquer das motivações mencionadas, isto é, com finalidade específica.

5. No caso em análise, verifica-se que o suposto crime de desobediência tinha por objetivo a impunidade em relação aos demais crimes perpetrados pelo investigado (falsificação/uso de documento inautêntico, adulteração de sinal identificador veículo automotor e receptação), sendo que a ocultação somente deixou de se consumir por circunstâncias alheias à vontade do agente (parada forçada),

6. Devem, portanto, tanto os crimes praticados em Niterói/RJ, quanto àquele praticado em São Gonçalo/RJ, serem analisados conjuntamente, perante o Juízo da Subseção de Niterói/RJ, em razão da conexão.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na investigação.

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de CLAUDIO FRAGA NASCIMENTO, ocorrida em 22/11/2016, em razão da prática dos crimes previstos nos arts. 330, 304 c/c 297, 311 e 180, §1º, todos do CP.

Consta dos autos que o investigado, ao trafegar em alta velocidade pelo acostamento da Rodovia BR 101, km 320, no bairro de Neves, no Município de São Gonçalo/RJ, teria desobedecido à ordem de parada do veículo dada por Policial Rodoviário Federal, vindo a ser parado somente na subida da Ponte Rio-Niterói (em Niterói/RJ), ocasião ocasião em que foi constatado que: **(I)** o CRLV era falso; **(II)** a numeração do motor estava incorreta; **(III)** a numeração do lacre da placa era diferente daquela constante do CRLV; e **(IV)** a marcação do chassi nos vidros apresentava indícios de adulteração.

O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência, em relação ao crime previsto no art. 330 do CP, a uma das Varas Criminais de São Gonçalo, uma vez que a possível desobediência teria se consumado no momento em que a ordem deveria ter sido cumprida e não foi, ou seja, no km 320, da BR101, localizado em Neves, São Gonçalo/RJ (fls. 107/109).

O Juiz Federal discordou do requerimento de declínio de competência, por considerar que há conexão entre o crime supostamente praticado em São Gonçalo (desobediência) e os crimes em tese praticados em Niterói (fls. 110/112).

Os autos foram encaminhados à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por aplicação analógica do art. 28 do CPP.

É o relatório.

Com a devida vênia ao Procurador da República oficiante, assiste razão ao Juiz Federal.

Dispõe o art. 76 do Código de Processo Penal:

**Art. 76.** A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

De acordo com Eugênio Pacelli<sup>1</sup>:

A realidade dos fenômenos da vida nos mostra que pode haver, entre dois ou mais fatos de relevância penal, alguma espécie de liame, de ligação, seja de natureza *subjetiva*, no campo das intenções, motivações e do dolo, seja ainda de natureza *objetiva*, em referência às circunstâncias de fato, como o lugar, o tempo e o modo de execução da conduta delituosa. Sem falar na eventual relação entre *os autores* dos fatos. Em outras palavras, pode haver entre eles *conexão*, hipóteses concretas de aproximação entre um e outro evento, estabelecendo um ponto de afinidade, de contato ou de influência na respectiva apuração.

Segue o referido autor, no que diz respeito especificamente à conexão material ou teleológica, que “... *denomina-se teleológica aquela espécie de conexão em que o(s) autor(es) de determinado crime, pratica(m) outra infração, com a finalidade de garantir a impunidade, a ocultação ou a vantagem em relação a qualquer delas (art. 76, II, do CP). Nenhuma dificuldade. Um fato, posterior, é praticado em razão de outro, anterior, por quaisquer das motivações mencionadas, isto é, com finalidade específica. Daí teleológica.*” – fl. 277.

No caso em análise, conforme bem ressaltado pelo Juiz Federal, verifica-se que o suposto crime de desobediência tinha por objetivo a impunidade em relação aos demais crimes perpetrados pelo investigado (falsificação/uso de documento inautêntico, adulteração de sinal identificador veículo automotor e receptação), sendo que a ocultação somente deixou de se consumir por circunstâncias alheias à vontade do agente (parada forçada),

Devem, portanto, tanto os crimes praticados em Niterói/RJ, quanto àquele praticado em São Gonçalo/RJ, serem analisados

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de Processo Penal*. 16. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012, pg. 276.

conjuntamente, perante o Juízo da Subseção de Niterói/RJ, em razão da conexão.

Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na investigação.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 22 de março de 2017.

**LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora – 2ª CCR

GB